



DIREÇÃO-GERAL DA QUALIFICAÇÃO
DOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS

3^o ENCONTRO
Conhecimento
e Cooperação



Título da comunicação:

*Análise estrutural da Cooperação Portuguesa: passado,
presente e futuro*

Autores: Carlos Sangreman e Raquel Faria



CESA | Centro de Estudos sobre
África, Ásia e América Latina

Lisboa, 17 de setembro de 2015



Enquadramento

Esta comunicação insere-se na investigação sobre uma metodologia que permita analisar de forma clara e permanente a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e sirva de base às decisões de políticas públicas nesta área da sociedade portuguesa.

Essa investigação, que foi sendo publicada em livros de projetos (Cooperação Descentralizada/Clusters da Cooperação) ou em Working Papers do CEsA, não só deu origem à tese de doutoramento de Raquel Faria, como também a um artigo a ser publicado, brevemente, numa revista de Ciência Política e Relações Internacionais.

Utilidade

A utilidade de chegar a uma metodologia desse tipo permitiria ter um quadro atualizado permanentemente onde seria possível responder a questões (estruturais e conjunturais) colocadas à CID Portuguesa, como:

- A atual estrutura MNE-SENEC-Camões-SOFID justifica-se continuar face ao balanço destes últimos anos?
- E se concluimos pela necessidade de mudança, qual a melhor opção estrutural atendendo aos fatores externos cuja alteração não depende da estrutura da Cooperação?
- O modelo de financiamento pelo Camões (ou outra ou outras instituições que lhe suceda) de programas e projetos deve continuar como está ou deve ter alterações?
- Se sim, devemos ter diferentes modelos para intervenientes públicos e privados ou devemos uniformizar a metodologia de candidaturas e decisões ?
- A atual estrutura de acompanhamento/avaliação da utilidade da Cooperação Portuguesa nos países de destino cumpre a sua missão? Se não cumpre, quais as opções ?

Utilidade

- Quais são as alterações nas funções e nos limites ao poder discricionário do MNE, SENEK ou Camões?
- Face à situação na Guiné-Bissau, os intervenientes da Cooperação Portuguesa no país devem alterar o seu modo de agir? Ou têm (e podem?) de esperar pelas decisões políticas do MNE/SENEK?
- A articulação/coordenação entre intervenientes públicos e privados tem progredido ou as tentativas feitas não são suficientes? A estrutura de coordenação funciona (CIC, Fórum)? Quais as alterações necessárias?
- Se o nosso espaço internacional de intervenção da CID são os países da CPLP e a União Europeia a estrutura existente de relacionamento é adequada ? Que mudanças são coerentes com a evolução que se pretenda ?

O que queremos dizer é que, a Cooperação Portuguesa necessita de ter uma forma estável e conhecida de analisar as hipóteses de decisões que lhe são muitas vezes colocadas.

A Cooperação Portuguesa, enquanto sistema pouco estruturado (conceitos de base, visão, princípios e valores explicitados variáveis com o tempo; muitos atores envolvidos; estrutura, processos e instrumentos não estabilizados desde que começou a formar-se pós 1974; e atividades e atores mais estabilizados embora com variações ao longo do tempo), assemelha-se aos designados sistemas *soft* característicos da *Soft Systems Methodology* (SSM), cumprindo, assim, alguns dos requisitos desta.

Cooperação económica, empresarial

ICE (1976)

FFE (1991)

APAD (1999)

SOFID (2007)

Cooperação para o desenvolvimento

GCC(1974)

DGC (1979)

ICP (1994)

IPAD (2003)

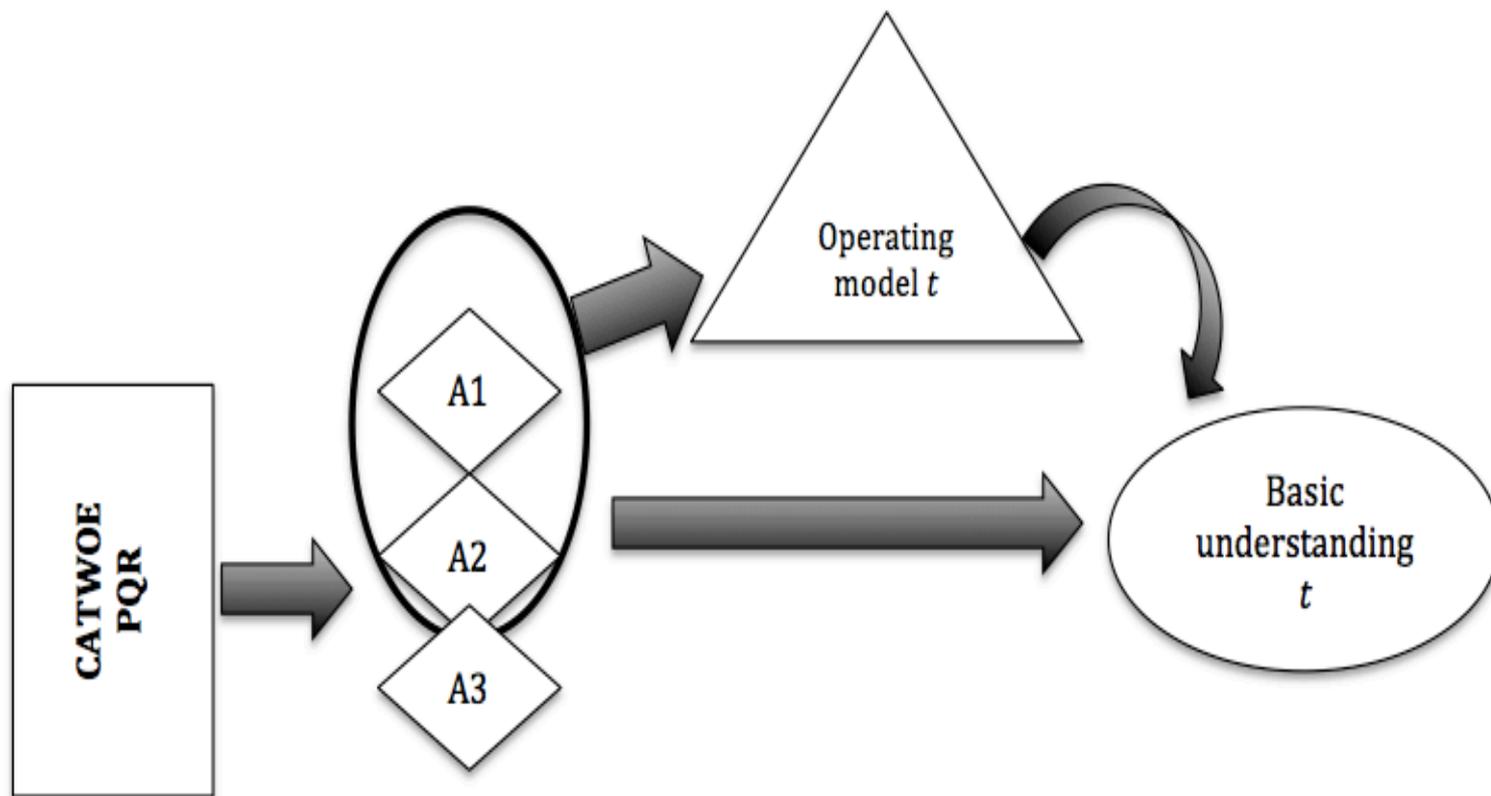
CICL(2012)

Cooperação e difusão da língua portuguesa

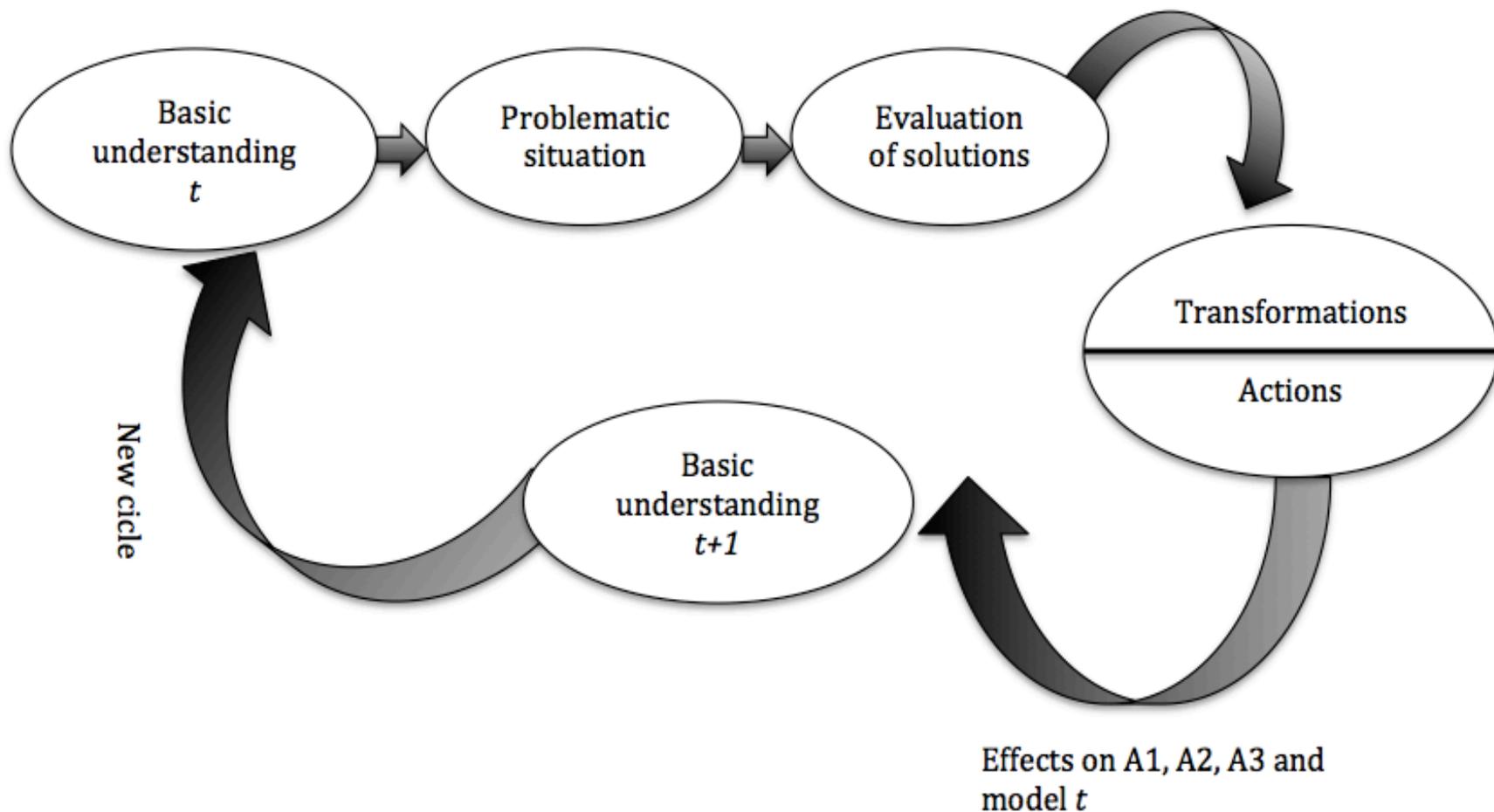
ICALP (1976)

ICA(1992)

CICL(2012)



CATWOE	Análises	Modelo operacional	Exemplos de questões ou situações problemáticas
<p>(C) Clientes, Beneficiários, parceiros</p> <p>(A) Atores envolvidos</p> <p>(T) Transformação ou evolução (financeira, humana, organizacional)</p> <p>(W) Visão e valores</p> <p>(O) Ator principal ou líder ou configurador do sistema</p> <p>(E) Ambiente Externo ao sistema (político em geral, política externa, UE, Nações Unidas, NATO; análise da situação política, social e económica dos parceiros)</p>	<p>A1</p> <p>Análise factual da evolução da Cooperação Portuguesa entre o momento t e $t+1$</p> <p>A2</p> <p>Análise social do ambiente nacional e internacional externo com relacionamento com a Cooperação</p> <p>A3</p> <p>Análise das relações de poder e de liderança entre os intervenientes no sistema de Cooperação</p> <p>Rich Picture (1)</p> <p>Expressões gráficas das análises feitas.</p>	<p>"Financiar e influenciar (P) de acordo com o conhecimento existente (com origem nas análises A1, A2 e A3) e na visão existente (Q), para executar (R), e avaliar antes de decidir recomençar a financiar e a influenciar"</p> <p>Rich Picture (2)</p> <p>Expressão gráfica do modelo</p>	<p>1. Devemos continuar com a atual estrutura do “Camões, ICL” ou devemos</p> <p>a) Ter de novo um organismo dedicado à Língua e uma Agência dedicada à Cooperação;</p> <p>Ou</p> <p>b) Manter o Camões mas mudar a visão e as prioridades dando mais peso à Cooperação do que a Língua e às empresas?</p> <p>2. Os clusters da Cooperação podem e devem ser o centro da inovação na Cooperação ?</p> <p>3. Justificam-se as atuais prioridades temáticas e geográficas ou devemos ter diferentes prioridades conforme os parceiros beneficiários?</p>





Note-se que o quadro anterior, nas três primeiras colunas, contém os elementos para que possamos definir a situação de partida na CID. A última coluna coloca questões que para serem respondidas necessitam de ter clarificada a metodologia de avaliação de projetos, programas e de atividade geral da CID e da ED do atual Camões.

Critérios como a coerência com a estratégia nacional e internacional, a eficiência, a sustentabilidade pelos recursos nacionais dos parceiros, a eficácia (C,E,S,E) têm de ser articulados com os atuais modelos de avaliação institucional dos institutos públicos com metodologias de aplicação estabilizadas e conhecidas dos diferentes intervenientes com divulgação e consequências.



Com esta metodologia questões como “qual o impacto da fusão Camões + IPAD nestes anos” devem ser incluídas na análises A1, A2 e A3.

Enquanto que, se considerarmos que existem características que individualizam a Cooperação Portuguesa das restantes, devem estar presentes na definição da visão e de valores e serem consideradas nas análises A2 e A3.

As conclusões da conferência de Junho em Addis Ababa, coerentes com Monterrey (2002) e Doha (2008) bem como a nova Agenda para o Desenvolvimento (que sucede aos ODM), devem ser incluídas na análise A3.



Em resumo, arriscamo-nos a que as questões estratégicas para o futuro da Cooperação Portuguesa que englobam as institucionais, as metodológicas (como as modalidades de Cooperação), as éticas, as financeiras, a política de recursos humanos, as questões que se colocam internacionalmente para além do nosso espaço CPLP de Cooperação, sejam pensadas e decididas num próximo governo tão precipitadamente como foi a fusão Camões + IPAD, se não procurarmos ter uma metodologia científica de análise que funcione como apoio às decisões que em última instância são sempre políticas mal ou bem pensadas.

BIBLIOGRAFIA

- Magalhães, Patrícia. (em publicação). *Estudo sobre a Cooperação Portuguesa*;
- Faria, Raquel. 2014. “A Cooperação Portuguesa no contexto da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (1998-2012): um ensaio de modelização”. PhD diss., University of Coimbra;
- Sangreman, Carlos, and Raquel Faria. (em publicação). “The *Soft Systems Methodology* and its suitability for Portuguese Cooperation”. *Perspectivas - Portuguese Journal of Political Science and International Relations*;
- Sangreman, Carlos, and Raquel Faria. 2015. “Uma leitura síntese da Cooperação portuguesa”. In *O cluster como instrumento teórico e prático da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento portuguesa: o caso de Moçambique, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe e Angola*, coordinated by Carlos Sangreman, 65-140. Lisboa CEsA-ISEG/ULisboa and CEI-ISCTE/IUL;
- Sangreman, Carlos. 2009. “A teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o estado de arte da Cooperação Portuguesa”. In *A Cooperação descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos – os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau*, coordinated by Carlos Sangreman, 25-97. Lisboa: CEsA and ACEP.